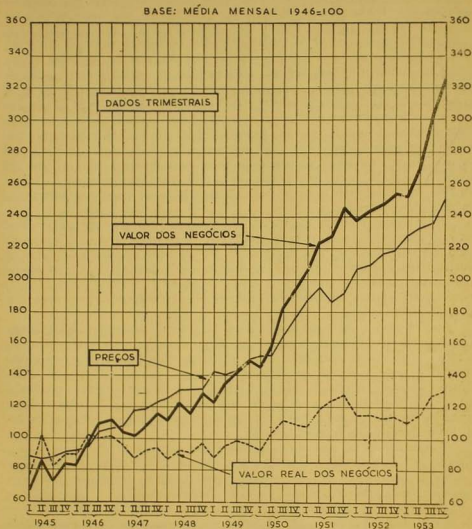


# EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS



## PANORAMA DO ANO

A conjuntura econômica em 1953 teve como principal característica a inversão do ciclo de negócios, cujo índice, depois de atingir um máximo no último trimestre de 1951 (128,4), vinha declinando quase ininterruptamente, até o mínimo de 110,1 no primeiro trimestre do ano findo. A recuperação verificou-se a partir do segundo trimestre, a princípio com menor intensidade. Já na segunda metade do ano, reiniciou-se a expansão, cujo

aceleramento se deu nos últimos três meses, quando o índice do valor real se elevou de 18,9 relativamente àquele nível mais baixo, superando a queda anterior, que havia sido de 18,3.

### FATORES EXTERNOS

Com seus principais setores voltados para o comércio internacional, sofreu a atividade agrícola, nos dois últimos anos, todo o impacto da crise cambial, que fôra atenuada pelo "boom" da Coréia, em 1950/51. Ao agravar-se o desequilíbrio dos preços internos, em relação aos do mercado internacional, à medida que este passava a "comprador", acumularam-se os estoques gravosos, decorrendo daí drástica redução da renda auferida por aquele importante setor da atividade econômica nacional. Foi o caso do algodão, sisal, lã, pinho (agravado ainda pela contração ocorrida no intercâmbio comercial com a Argentina), fumo, frutas de mesa, castanhas, sementes oleaginosas etc.

As medidas tomadas em caráter especial pelo governo, particularmente as operações vinculadas, e mais tarde, após a cessação destas, a aquisição pelo Tesouro Nacional, dos estoques de produtos invendáveis, atenuaram, a curto prazo, os efeitos adversos da crise cambial sobre as economias regionais mais duramente atingidas (Norte, Nordeste e Sul). A prazo longo, porém, redundaram na deterioração do equilíbrio financeiro, aumentando a pressão inflacionária.

Ao mesmo tempo, em face da queda vertical das exportações, reduziu-se extraordinariamente a capacidade de importar, o que forçou o governo a tornar mais drásticas as restrições impostas ao comércio exterior, atingindo mesmo o setor essencial das matérias-primas e equipamentos para a indústria nacional. A essa situação, já em si grave, juntou-se outro problema de capital importância: a crise de energia elétrica, que durante todo o primeiro semestre e até meados do segundo contribuiu para acentuar os indícios de recessão da economia brasileira.

Confirmando as impressões gerais sobre as origens do desequilíbrio, somente a partir de julho, quando o governo começou a adotar medidas tendentes a tornar mais realista nossa política cambial, fizeram-se sentir os primeiros sinais de recuperação da atividade econômica.

Conquanto o propósito da lei que instituiu o mercado da taxa livre de câmbio fôsse o de permitir a determinação do valor paritário do cruzeiro no mercado externo, de forma a eliminar o ágio que impedia a participação dos produtos brasileiros no comércio internacional, não se pôde atingir tal objetivo, em sua fase executiva inicial, dadas as restrições impostas pela primeira regulamentação aprovada. À medida, porém, que se afastavam os obstáculos, com a ampliação da lista de produtos beneficiados pela liberação cambial e a uniformização da percentagem de "mistura" da taxa livre com a oficial, os efeitos benéficos, manifestados a princípio sobre a atividade agrícola e extrativa voltada para o exterior, se estenderam aos demais setores econômicos reiniciando-se a expansão em termos reais. Para tanto contribuiu também, no sentido do aceleramento, a atenuação da crise energética, com o fim da estiagem em meados de outubro.

Finalmente, com o sistema do subsídio à exportação, instituído pela Instrução 70, de 10/10/53, do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, na base de Cr\$ 5,00 por dólar ou equivalente, originário da exportação do café (o que corresponde a liberação cambial da ordem de 27 %) e de Cr\$ 10,00 por dólar ou equivalente, no caso dos demais produtos (54 % aproximadamente de liberação cambial), foi possível eliminar o *gap* de preços que impedia a participação dos produtos brasileiros no mercado internacional, em condições competitivas. Em consequência, quase dobraram as exportações no último trimestre do ano relativamente à média observada no primeiro semestre.

Depende ainda de normalização o problema das importações. Em face da nova política cambial iniciada com a Instrução 70, cujo principal objetivo foi substituir o regime anterior do contingenciamento das importações, através do sistema da licença prévia, pelo da limitação através do preço, estão ainda excessivamente elevados os ágios que oneram os produtos originários do exterior. Espera-se, todavia, que a liquidação dos atrasados comerciais, que vem sendo apressada pelo governo, permita ao Banco do Brasil aumentar a oferta dos certificados de câmbio para licitação em Bolsa, contribuindo, assim, para a redução progressiva da taxa média efetiva de câmbio paga pelos importadores.

### FATORES INTERNOS

Se em relação ao problema do intercâmbio comercial com o exterior, são evidentes os sinais de recuperação do equilíbrio, o mesmo não se pode afirmar quanto ao problema financeiro. A situação, já em si precária, do Tesouro Nacional, em face da necessidade de adquirir excedentes gravosos de inúmeros produtos, especialmente algodão, sisal e lã, agravou-se com a concessão do "abono de emergência" e outras vantagens ao funcionalismo federal, não incluídas na previsão orçamentária para 1953. O vulto de tal compromisso extraordinário, estimado em 4 bilhões de cruzeiros, foi responsável pela austeridade com que se executou o orçamento de 1953. Graças a isso pôde o déficit efetivo ser mantido em cerca de 1,5 bilhões, na órbita federal, de vez que a majoração dos impostos (consumo e selo), autorizada para fazer face àquele aumento das despesas com o pessoal, não correspondeu à expectativa. Esta situação se refletiu na extraordinária elevação do débito do Tesouro Nacional no Banco do Brasil, o qual passou de 2,2 bilhões em 31/12/52 para 10,0 bilhões em 31/12/53.

O problema financeiro não se restringiu porém à União. As duas maiores Unidades da Federação do ponto de vista orçamentário — Estado de São Paulo e Distrito Federal — apresentaram também deficits cujo montante se elevou respectivamente a 4,5 e 1,2 bilhões de cruzeiros. A sua cobertura exigiu o recurso ao crédito, especialmente do Banco do Brasil, que, por sua vez, recorreu à Carteira de Redescontos, elevando-se assim o saldo da moeda em circulação. Esta foi uma das causas principais do extraordinário aumento do saldo de títulos redescatados no ano de 1953. Relativamente à situação em 31 de dezembro de 1952, aquele saldo em 30 de novembro último se elevara de 5,3 bilhões de cruzeiros, dos quais 4,8 bilhões destinados ao redescato de títulos do próprio Banco do Brasil.

Outro motivo determinante do desequilíbrio financeiro de 1953 foi o problema dos atrasados comerciais que se acumulavam desde 1951. Tendo o Banco do Brasil feito uso dos depósitos efetuados pelos importadores na Carteira de Câmbio, desde 1951 (cerca de 6 bilhões de cruzeiros) para fazer face ao financiamento dos produtos de exportação, tornou-se indispensável emitir para a compra de câmbio, por ocasião do pagamento dos débitos não cobertos pelo empréstimo do Eximbank. Assim, os 135 milhões de dólares (cerca de 2,7 bilhões de cruzeiros), pagos pelo Banco do Brasil com recursos próprios, foram em sua quase totalidade obtidos através do aumento do meio circulante. O mesmo problema se repete no caso da Inglaterra e da Alemanha, cujas dívidas comerciais em atraso começaram a ser liquidadas nos últimos meses de 1953.

### PERSPECTIVAS PARA 1954

São de modo geral favoráveis os prognósticos para 1954. Do ponto de vista do intercâmbio comercial com o exterior, os altos níveis alcançados pelas cotações do café e cacau nos mercados consumidores, caso se mantenham — o que é bem provável —, deverão contrabalançar a redução das safras esperadas para o ano em curso. É de esperar-se portanto tire o Brasil proveito da posição estatística excepcionalmente favorável daqueles dois produtos de exportação, a qual, aliada a uma taxa cambial mais realista para o comércio exportador, poderá determinar sensível melhoria nas disponibilidades líquidas, em termos de divisas.

Da mesma maneira, o novo sistema regulador das importações por meio das licitações em Bólsa tem, ao que parece, limitado nossa propensão a importar à capacidade de produzir divisas. Em consequência, não se deverá repetir o problema dos atrasados comerciais acumulados desde 1951 e cujos efeitos são hoje responsáveis em grande parte pelo desequilíbrio por que vem atravessando a economia brasileira.

Ainda em decorrência da nova política cambial, são favoráveis as perspectivas para 1954 no tocante ao problema financeiro. Conforme foi anunciado nos primeiros dias do corrente ano, os ágios recebidos pelo Banco do Brasil, através das licitações de certificados de venda de câmbio, ascenderam, nos três meses de execução do chamado "Plano Aranha", a 3,2 bilhões de cruzeiros, enquanto as bonificações pagas às exportações não ultrapassaram 2,3 bilhões, restando assim um saldo positivo de cerca de 900 milhões de cruzeiros. Se considerarmos que, no primeiro mês de execução do sistema, ocorreu um saldo negativo da ordem de 200 milhões, e que, dada a necessidade de liquidar os atrasados comerciais, é ainda relativamente diminuta a oferta de câmbio a licitação, poderemos estimar para 1954 um saldo médio mensal positivo da ordem de 800 milhões de cruzeiros, cuja influência sobre o equilíbrio financeiro será, ao que se espera, decisivo.

Quanto à atividade econômica interna, a atenuação da crise de energia elétrica, em face da ampliação da capacidade geradora prevista para o corrente ano, prenuncia igualmente perspectivas mais favoráveis para 1954.

Resta apenas considerar, como fatores desfavoráveis mais importantes, o problema da política de salários e o dos preços das matérias-primas e

equipamentos importados. Com a liquidação das dívidas comerciais em atraso, anunciada em fins de 1953, é de se prever uma redução da taxa média efetiva de câmbio paga pelos importadores, resultando assim baixa dos preços das importações, ainda excessivamente elevados, em face das expectativas gerais.

Finalmente, o cuidado demonstrado pelo governo na fixação dos novos níveis de salário mínimo, calculados inicialmente, ao que parece, em termos exagerados, revela o propósito das autoridades de evitarem o divórcio entre a política econômica e a financeira, de forma a tornar menos vulnerável o organismo econômico nacional.

## EDIÇÃO INTERNACIONAL DE 1954

O êxito obtido com a Edição Internacional de **Conjuntura Econômica** em inglês (1953) estimulou-nos a repetir o empreendimento em 1954. Como a anterior, a Edição Internacional de 1954 será a versão do corrente número.

Justifica-se esta iniciativa pela importância que o Brasil conquistou no comércio internacional. É assim necessária a divulgação no exterior de dados específicos, precisos e atuais relativos à economia nacional.

Nenhum outro número, melhor que a Edição Especial de Janeiro, permitiria atingir aquele objetivo. Isto, por se tratar de um número em que se dá um balanço da situação econômica do Brasil no ano findo e se apresentam as perspectivas para o entrante, enquadrando-a na conjuntura mundial.

A Fundação Getúlio Vargas (tel.: 46-4010 - R. 15) ou seus Agentes nos Estados aceitam desde já reservas de exemplares avulsos de pessoas ou entidades que queiram enviá-los para o exterior, e que se disponham a cooperar para a divulgação no estrangeiro de um conhecimento mais objetivo de nossa realidade e progresso econômicos.

A Direção.